



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3551 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O DISCURSO PEDAGÓGICO SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS
NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA QUILOMBOLA**
Luciano da Silva Pereira - UFMT/Campus de Cuiabá - Universidade Federal de Mato Grosso

O objetivo deste ensaio é compreender e analisar por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP) como está inserido as discussões sobre as relações raciais na Escola Municipal Quilombola Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, localizada no município de Poconé, Estado de Mato Grosso. Metodologicamente, a pesquisa insere-se numa abordagem qualitativa, utilizando o método etnográfico, em diálogo com Minayo (2010), bem como Lüdke e André (1986). Os principais instrumentos utilizados para a coleta de dados são: observação participante, análise documental e caderno de campo. Nos aportes teóricos estão sendo considerados autores que discutem sobre as relações raciais e a importância do PPP no espaço escolar, destacando-se: Munanga (2003), Vasconcellos (2005), Veiga (1995), entre outros. Os resultados parciais evidenciam que o Projeto Político Pedagógico necessita de uma reelaboração pautada nas legislações educacionais, com desígnio de subsidiar com mais afinco as discussões sobre as relações nessa unidade de ensino, haja vista que o racismo se reconfigura cotidianamente no espaço escolar.

Palavras-Chave Educação. Relações Raciais. Projeto Político Pedagógico. Formação.

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O DISCURSO PEDAGÓGICO SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS
NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA QUILOMBOLA**

Resumo

O objetivo deste ensaio é compreender e analisar por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP) como está inserido as discussões sobre as relações raciais na Escola Municipal Quilombola Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, localizada no município de Poconé, Estado de Mato Grosso. Metodologicamente, a pesquisa insere-se numa abordagem qualitativa, utilizando o método etnográfico, em diálogo com Minayo (2010), bem como Lüdke e André (1986). Os principais instrumentos utilizados para a coleta de dados são: observação participante, análise documental e caderno de campo. Nos aportes teóricos estão sendo considerados autores que discutem sobre as relações raciais e a importância do PPP no espaço escolar, destacando-se: Munanga (2003), Vasconcellos (2005), Veiga (1995), entre outros. Os resultados parciais evidenciam que o Projeto Político Pedagógico necessita de uma reelaboração pautada nas legislações educacionais, com desígnio de subsidiar com mais afinco as discussões sobre as relações nessa unidade de ensino, haja vista que o racismo se reconfigura cotidianamente no espaço escolar.

1 Introdução

Nos dias atuais ainda convivemos com posturas preconceituosas que desvalorizam o negro, sobretudo, em sua trajetória escolar. No entanto, a escola, ao se mostrar relapsa em relação aos conflitos raciais existentes em seu cotidiano, atualiza e fortalece o preconceito e a discriminação e os expande para além do espaço escolar.

Nesse contexto, a escola, considerada uma instituição social, se torna responsável por possibilitar o processo de socialização dos sujeitos que ali estão inseridos, independentemente de sua condição social, econômica e racial, oportunizando que as relações com os alunos de diferentes núcleos familiares ocorram. Esse contato entre diferentes grupos poderá fazer da escola o primeiro espaço de vivência das tensões raciais.

Segundo Gonçalves (1985), a discriminação e o preconceito racial se fazem presentes no cotidiano escolar por meio da prática pedagógica, que nega, por meio dos currículos escolares, bem como o Projeto Político Pedagógico, a historicidade de luta do negro na sociedade brasileira e a discussão sobre as relações raciais nesse espaço.

Assim, o PPP, ao ser elaborado pela comunidade escolar, deve perpassar pela política social dos diversos grupos que compõem a realidade escolar, brancos, negros, entre outros. Para Gadotti (1994, p. 579), esse documento refere-se a um projeto que “[...] pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ações possíveis, comprometendo seus atores e autores.”

Daí a importância do referido documento ser elaborado de forma a contemplar a diversidade presente no espaço escolar, sobretudo, as relações raciais, foco deste estudo. Nesse sentido, é necessário que os profissionais da educação percebam que as relações estabelecidas entre os alunos brancos e negros no espaço escolar poderão ocorrer de modo tenso, que, por muitas vezes, exclui e segrega os alunos negros.

Frente a tais discussões, nos permite questionar: Como encontra-se o projeto político pedagógico na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida do Chumbo? Quais elementos estão inseridos para discussão das relações raciais no contexto escolar?

Ao examinar o tema, cabe ponderar que a escola, ao mesmo tempo em que é vista como um local de acesso à cidadania, desenvolvimento intelectual e crítico, pode ser considerada como um dos meios de exclusão. Trata-se de uma instituição, portanto, que necessita pensar, discutir e reelaborar seu currículo escolar e documentos orientativos quanto à diversidade racial e sociocultural presente neste espaço.

2. *Lócus* da pesquisa e esclarecimentos metodológicos

Antes da descrição do *lócus* de pesquisa, é importante revisitarmos o entendimento conceitual que se tem de quilombo no presente. Conforme Munanga (1995), o termo quilombo é de origem *bantu*, grafada *Kilombo* (com “K”) e em sua forma aportuguesada, é grafado quilombo (com qu). Segundo o mesmo autor, a presença de Quilombo e de seus significados têm a ver com os membros desse grupo que foram trazidos e escravizados no Brasil.

O conceito de quilombo defendido pelo autor traz uma conotação de um território, ocupado por conjunto de indivíduos ou atores sociais, organizados de forma heterogênea racial e culturalmente, composto por bravos e destemidos guerreiros, oriundos de diversos povos que se uniam em prol da defesa de seu território.

A Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, *lócus* desta pesquisa, está localizada na comunidade Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, aproximadamente 30 km distante do município de Poconé/MT. A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2005 e atualmente é composta por 380 famílias. Segundo os moradores, o território foi adquirido por meio de compra pelo fundador da comunidade, Manoel Metelo, descendente de escravizados que habitavam a região. O trajeto é feito apenas em estradas pavimentadas, o que não era possível no início da formação comunidade, segundo relatos dos moradores.

A Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida foi criada em 30 de maio de 1974. Funcionou grande parte do tempo pelo sistema multisseriado (1º a 4º anos), nos últimos anos passou a atender o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º ano, no sistema seriado (PPP/EMNSA, 2015).

A escola é formada majoritariamente por professores oriundos de outras localidades. Este dado é importante na medida em que na escola quilombola, segundo as Diretrizes Nacionais e Estaduais, os professores prioritariamente, deveriam pertencer à comunidade, pois assim o trabalho para a valorização das identidades e culturas dos alunos locais, fluiria melhor, já que o professor teria um enraizamento com a comunidade local. Conforme o diretor, 90% dos educandos atendidos possuem descendência quilombola. A Escola Nossa Senhora Aparecida é o principal destino educacional dos estudantes da redondeza. Por isso, atende um grande número de quilombolas, assentados e filhos de trabalhadores rurais advindos das fazendas circunvizinhas.

Metodologicamente, a pesquisa se insere na abordagem qualitativa e se alicerçou no método etnográfico proposto por Geertz (2008). Tem o intuito de descrever e interpretar as culturas a partir do ponto de vista das pessoas inseridas no processo. Os principais instrumentos utilizados para a coleta de dados foram à observação participante e entrevistas semiestruturadas.

3 . O Pensar, o sentir e agir na construção da educação quilombola no PPP

No sentido de garantir que as diferenças raciais e socioculturais sejam aceitas, valorizadas, e que todos tenham igualdade de direitos, brancos ou negros, muitos mecanismos foram e estão sendo implantados na sociedade, sobretudo nos espaços escolares, como é o caso da Lei nº. 10.639/03. Essa Lei tem como finalidade promover uma educação que reconheça e valorize a diversidade comprometida com as origens do povo brasileiro.

Historicamente, o Brasil é formado a partir de diversidades culturais, da qual fazem parte a população européia, africana e indígena. E é notável que o processo escolar, mediante as práticas pedagógicas e as relações intraescolares, não contemple de maneira equilibrada esses segmentos no sistema educacional.

Há de considerar que nos currículos escolares a discussão da referida Lei não está contida nas práticas pedagógicas, haja vista que tais assuntos são discutidos e desenvolvidos somente no mês de novembro de forma errônea, trazendo novamente a imagem do negro como escravo, em condições precárias e subalternas. Com isso, são reforçadas a inferiorização e o preconceito sobre a pessoa negra (MUNANGA, 2005).

O espaço escolar, por meio do currículo explícito e o oculto, é permeado por ações que reforçam atitudes discriminatórias, tais como: o material didático, as comemorações e festas, a avaliação, a forma de lidar com as questões de disciplina, a linguagem oral e escrita (as piadas, os apelidos, os provérbios populares, etc.), os comportamentos não verbais (olhares, gestos, etc.) e os jogos e as brincadeiras que reforçam cotidianamente o preconceito e o racismo.

A composição da população brasileira resulta da miscigenação cultural advinda do processo de colonização ocorrido no país. Nesse sentido, a cultura brasileira possui traços marcantes da cultura africana, indígena, oriental e européia (MUNANGA, 2009). Entretanto, nos espaços escolares ainda se evidencia a reprodução de uma educação eurocêntrica e colonialista, que insiste em valorizar uma manifestação cultural em detrimento de outras.

Nesse contexto, a diversidade nas manifestações culturais, as relações raciais, por muito tempo, permaneceram silenciadas nos ambientes escolares, seja nas práticas pedagógicas, seja nos documentos legais. Além da Lei 10.639/03 citada anteriormente, as ações dos movimentos sociais e

negros, motivaram a promulgação da Lei nº. 11.654/2008, de suma importância para a educação das relações étnico-raciais.

A referida legislação alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, LDB nº. 9394/96, modificada pela Lei nº. 10.639/03, que determina que a obrigatoriedade da temática sobre a “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” esteja presente no currículo oficial da rede de ensino, ou seja, mais uma vez a discussão sobre as relações raciais e interculturais se fortalece, possibilitando que as unidades de ensino, por meio dessas legislações, reorganizem os PPP e demais orientativos para que de fato a discussão se torne uma realidade dentro e fora da sala de aula.

Com o intuito de garantir a discussão sobre a diversidade étnico-racial e o respeito à realidade regionais e locais da sociedade, valorizando a cultura e a economia dos estudantes, em 4 de abril de 2013, foi sancionada a Lei nº.12.796, que altera a Lei nº. 9394/96 para dispor sobre a formação dos profissionais da educação. Nesse sentido, foram incluídos e alterados o artigo 3º inciso XII e art. 26, passando a vigorar com a seguinte orientação:

XII - Consideração com a diversidade étnico-racial.

[Art. 26.](#) Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

No entanto, para que a aplicabilidade das referidas Leis de fato se tornasse/torne uma realidade no âmbito escolar, e necessário pensar na formação continuada desses profissionais da educação, bem como a necessidade da discussão e reelaboração de diversos documentos, sobretudo o Projeto Político Pedagógico. Para Vasconcellos (2005), o PPP, dentro dos espaços escolares, é visto como a sistematização de um planejamento participativo, no qual todos devam participar da sua discussão e elaboração, definindo as ações educativas que serão realizadas durante todo o ano letivo.

Segundo o autor supracitado (2005, p. 35), o PPP é “[...] um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade.” Duas faces indissolúveis estão contidas no PPP escolar. A primeira é a política, por estar associada a compromissos sociopolíticos e interesses verdadeiros e coletivos da comunidade, como a formação de cidadão. A outra face está ligada ao aspecto pedagógico, uma vez que, por meio dele, são definidas as ações educativas e demais características essenciais das escolas (MELLO, 2004).

Nesse sentido, esse documento salienta a necessidade da escola, ao elaborar seu PPP, pensar num documento norteador e orientativo, não apenas num mero documento obrigatório. Assim, essa proposta pedagógica deve ser construída contemplando os aspectos educacionais, currículo, docência, aluno, ciclo de formação humana, diversidades educacionais, entre outros aspectos.

No entanto, percebe-se que os PPP das unidades de ensino em sua maioria, não traz e nem faz menção sobre as legislações educacionais já citadas nas páginas precedentes, que tratam sobre as relações raciais, permitindo-nos inferir que essas possivelmente, não irão contemplar essa diversidade, conforme o estabelecido nos atos legais, limitando-se a realizar as atividades comemorativas, como, por exemplo, as que se fazem no dia 20 de novembro.

Assim, há necessidade de trazer a referida discussão nesse orientativo de forma mais objetiva, possibilitando que, ao elaborar o PPP, essa temática fosse discutida, evidenciada, orientada e desenvolvida no âmbito escolar. No entanto, apesar das conquistas oriundas das mobilizações, tecidas no bojo dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro, esse silenciamento ainda persiste no espaço escolar. Assim, desvelam-se algumas contradições: de um lado, a luta dos movimentos sociais e negros e, do outro, os interesses de uma educação que visa apenas a interesses individuais e não comprometidos com a realidade educacional, interessados apenas com o que diz respeito à reprodução do capital.

Assim, podemos afirmar que uma educação de qualidade deve iniciar com o ato de planejar. Não é demais acentuarmos que o planejamento é fundamental num contexto em que o PPP tenha a função de nortear um processo complexo como o que envolve o tema da diversidade.

Enfatizamos que a unidade escolar está no processo de organização da modalidade de ensino

“educação quilombola”. A equipe gestora demonstra interesse em rediscutir a prática pedagógica, que está prevista no processo de reformulação do Projeto Político Pedagógico, o que possibilitará a inclusão e discussão do contexto histórico cultural da comunidade em sala de aula.

No entanto, a participação ativa dos profissionais da educação na elaboração das matrizes curriculares e do Projeto Político Pedagógico está ocorrendo, sobretudo, após a participação de algumas professoras em cursos de formação sobre a educação quilombola ofertados por profissionais da Universidade Federal de Mato Grosso e Universidade do Estado de Mato Grosso, a partir de 2015.

Assim, essas professoras, ao tomar conhecimento das legislações vigentes, começaram a se mobilizar entre os pares para que de fato a referida modalidade de ensino possa ocorrer segundo as normativas que a regulamentam, contemplando a realidade local, sem se limitar ao olhar e às características das escolas localizadas na zona urbana.

Nas escolas da Comunidade do Chumbo, ocorre com frequência a situação em que o diretor escolar, o coordenador e a maioria dos professores se deslocam do município de Poconé/MT para desenvolver suas atividades profissionais na comunidade, haja vista que os editais e instruções normativas ainda não respeitam o que regulamenta as leis maiores, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96; a publicação da Resolução CNE/CP nº 1/2004, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, entre outras quando se trata da educação quilombola.

No entanto, juntamente com os conselhos deliberativos e determinação dos profissionais que residem na comunidade, essa é uma realidade que eles esperam mudar, a partir dos estudos que estão realizando sobre a educação quilombola. O PPP da Escola demonstra fragilidades em diferentes pontos, como, por exemplo, a falta da discussão mais aprofundada sobre as relações raciais nos conteúdos programáticos que serão aplicados durante o ano letivo, não há um acompanhamento por parte do órgão central com desígnio de orientar e subsidiar a equipe gestora e demais profissionais na elaboração do mesmo, que contemple a sua realidade.

Nesse sentido, se torna necessário que os profissionais da educação busquem avançar nessa discussão, o que implica no esclarecimento sobre as relações raciais e como elas se firmam em seu meio. Com isso, é possível elaborar mecanismos que promovam e atendam de fato a diversidade nesse espaço escolar, seja no contexto social, político, econômico e cultural.

Para Munanga (2005), a história da população negra e a discussão das relações raciais na educação não interessam apenas aos negros, interessa também aos brancos e de outras descendências étnicas, pois ao receberem uma educação arraigada em preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essas histórias e memórias contribuíram na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Vale considerar, ainda, que esses fatores vêm na contramão das definições das diretrizes curriculares nacionais para a educação, que orientam que o PPP deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade escolar, ou seja, contemplando os aspectos regionais, político, sociocultural e econômico da sua comunidade escolar (BRASIL, 2012).

Inegavelmente, a elaboração do PPP deve mobilizar a comunidade e seus diferentes segmentos como sujeitos na construção desse documento, valorizando suas experiências e saberes; afinal, a comunidade escolar é constituída de forma heterogênea e possui especificidades culturais que precisam ser representadas.

4 Considerações Finais

Apesar dos avanços legais, de um modo geral, é necessário pensar numa educação que respeite as diversidades, não se concentrando num currículo eurocêntrico e europeu, que se limite a valorizar determinada cultura. É necessário, sim, que contemple a realidade em que a unidade escolar está inserida.

Nesse sentido, a escola tem o compromisso de evidenciar essa diversidade racial e fazer “ver” e “ouvir”

a voz silenciada dos povos africanos e indígenas, por meio das discussões, dos estudos, dos projetos, das formações continuadas, entre outras ações que propiciem o debate e reflexão sobre essa dinâmica das relações raciais dentro e fora do espaço escolar, reconhecendo o Brasil como uma grande diversidade cultural e buscando uma relação pacífica e respeitosa no espaço escolar.

Referências

BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm. Acesso em: jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Plano de ações Articuladas (PAR)**: instrumento de campo. Brasília. MEC, Secretaria Executiva, 2012.

ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA. **Projeto Político Pedagógico**. Poconé, 2015.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. **Cadernos Educação Básica**-O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, L. A. O. **O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial**. Belo Horizonte, 1985, p. 286. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (Coleção Temas Básicos de Educação e Ensino).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais). Resenha.

MUNANGA, Kabengele. Origem e Histórico do Quilombo na África. **Revista USP**, n. 28, dez./fev., 1995.

_____. MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, em 5 nov. 2003.

_____. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

_____. MUNANGA, Kabengele. Um branco pode ser negro. Não é uma questão biológica, mas política In: **Desconfiando: Porque o mundo é maior do que imaginamos**. 2009.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento- Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico**. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 2ª. ed. Campinas: Papirus, 1996.

